

# GÊNERO COMO FERRAMENTA SOCIAL E POLÍTICA NA FORMAÇÃO DOCENTE

Kelly Silva\*  
Anderson Ferrari\*\*

## Resumo

O presente artigo é parte de uma pesquisa de Mestrado em Educação que tinha como questão a ser investigada: quais identidades de gênero que as experiências e relações estabelecidas pelo/no currículo dos cursos de formação de professores/as vêm produzindo e quais são suas possibilidades de construção? As instituições analisadas foram UFJF (Universidade Federal de Juiz de Fora), UFSJ (Universidade Federal de São João Del Rei) e UFV (Universidade Federal de Viçosa), tomando como campo empírico a análise documental e entrevistas com os coordenadores desses cursos. Neste artigo, a partir da perspectiva pós-estruturalista e de gênero, queremos pensar as relações entre a História do Curso de Pedagogia e da constituição do conceito de Gênero.

**Palavras-chave:** Formação de professores. Gênero. Sexualidade.

## INTRODUÇÃO

O título deste artigo nos conduz à articulação entre História, Gênero e o Curso de Pedagogia. Categorias de análise que, sob a perspectiva pós-estruturalista, principalmente no que diz respeito às contribuições do filósofo Michel Foucault, são entendidas como resultado de construções e de discursos atravessados por relações de poder. Assim sendo, a declaração foucaultiana de que as palavras têm história e que devem ser trabalhadas na sua historicidade serve como fio condutor das nossas análises. As construções de Gênero e o curso de Pedagogia têm Histórias que se aproximam, de forma que recorrer a elas se traduz num meio de reflexão sobre os fatores que determinam as suas possíveis relações em torno da formação docente nesta articulação. Ao discutirmos a história do curso de Pedagogia, sua gênese e desenvolvimento, fomos abordando como as questões de Gênero incidem neste processo e quais são suas implicações, ainda hoje, na organização dos cursos de Pedagogia destas instituições e na constituição de professores. O que esta História nos convida a pensar sobre as construções de Gênero? E como as trajetórias de construção dos Gêneros estão implicadas na constituição do curso de Pedagogia? Quais as implicações do curso de Pedagogia na constituição, confirmação, ou negação dos gêneros? Assumindo essas questões como centrais neste artigo, queremos pensar História, Gênero e Pedagogia como processos de “mão-dupla”. Além disso, esse caminho nos abre outras possibilidades e nos convida a problematizar as relações entre Gênero, Cultura e Sociedade presentes na constituição e na caracterização do curso de Pedagogia como um espaço feminino.

\* Professora designada pela UEMG/Ubá. Mestre em educação UFJF. Kelsereana2003@yahoo.com.br

\*\* Professor de História do C.A. João XXIII/UFJF, PPGE/UFJF, doutor em educação pela UNICAMP e atualmente realiza Pós-doutorado na Universidade de Barcelona. aferrari13@globocom

Neste percurso de investigação e escrita, o conceito de acontecimento nos é caro. Definido como a diferença que se constitui num jogo de forças, representando transformação e descontinuidade, ele se conecta à noção de problematização. Isso significa que é preciso questionar as certezas impostas por nós mesmos e ultrapassar as nossas limitações a partir do momento em que nos interrogamos sobre as nossas verdades (FOUCAULT, 2005). Foucault entende acontecimento como a “incurião de uma singularidade histórica” (FOUCAULT, 2005, p.168). Nesse sentido, o acontecimento pode ser considerado como uma abertura de um campo de possibilidades, e não apenas como um fato em que as análises históricas se contentam em descrever. A problematização da História como acontecimento se constitui num movimento que, feito a partir de traços silenciosos, critica a História contínua/linear e o discurso dos historiadores. Queremos pensar História, Gênero e Pedagogia como acontecimentos, como possibilidades de problematização, ou seja, que docentes estão sendo construídos na articulação entre essas três categorias?

Pensando nessa perspectiva, compreender e descrever como se forma um campo de conhecimento e como este se organiza ajuda-nos a controlá-lo e a regulá-lo. Assim, o campo estará sempre aberto a diferentes intervenções. Essa constatação nos estimulou, nos impulsionando nesse jogo de construção na medida em que estávamos interessados em saber como esta História é relatada e reinventada. Mais do que isso, somos instigados a compartilhar dessa dinâmica, a fazer parte dela, a contar, recontar, problematizar, interrogar, interferir, enfim, a entrar no jogo dos “regimes de verdade”<sup>1</sup>. Falar da história do curso de Pedagogia é falar sobre um campo construído e organizado por muitos sujeitos ao longo da sua trajetória. Uma história não linear que se organiza e reorganiza de acordo com os dispositivos instaurados em cada momento, representando, assim, um jogo de

forças. Participando dessa construção, este artigo se organiza a partir da problematização da feminilização do Magistério, da História das Mulheres e suas implicações com a formação docente no curso de Pedagogia.

### **1 FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO: PROBLEMATIZAÇÕES**

“Curso de Pedagogia, um curso feminino?” O que nos possibilita adjetivar um curso como “feminino”? Quais os critérios para marcar um curso com esse atributo? O que significa para os docentes assumir ou questionar se um curso é feminino? Primeiramente, parece importante deixar claro que estamos considerando a entrada das mulheres nos cursos de Pedagogia como algo ligado às conquistas de trabalho e de uma imagem de mulher trabalhadora, distante daquela vinculada à esposa e mãe “perfeitas”. Se, historicamente, as mulheres representam a maioria no curso de Pedagogia, isso não significa pensar que esse fato foi dado ou que foi fruto de um abandono por parte dos homens, mas sim resultado de conquistas que nos conduzem a questionar a trajetória de construção social do magistério como profissão pensada para mulheres.

Hoje, a maioria dos(as) estudantes que ingressam na graduação em Pedagogia das três instituições analisadas ainda são mulheres. No entanto, quando olhamos para a pós-graduação talvez essa prevalência se atenuar. Homens de outras áreas se interessam pela Educação e um exemplo disso se revela nas entrevistas com os coordenadores dos cursos de Pedagogia analisados: dos três, dois são homens. O que isso está nos dizendo? Por que o curso de Pedagogia, na sua formação inicial, mantém o predomínio feminino e, quando olhamos para a pós-graduação, encontramos um quadro diferente?

Nas três instituições estudadas, no ano de 2009, temos no Mestrado em Educação da UFJF a entrada

de 18 mulheres e 12 homens. Na UFSJ ingressaram 18 estudantes, dos quais 12 são mulheres e seis são homens. Já na UFV, entraram 12 estudantes e todas são mulheres. Assim, se compararmos com a graduação, constatamos que o percentual de homens na pós-graduação é superior. O que esses dados nos convidam a pensar sobre a história da graduação em Pedagogia e da pós-graduação em Educação no Brasil? Como estas histórias e estes dados se relacionam com a constituição do que é ser homem e do que é ser mulher?

Durante muito tempo, a Educação e as escolas foram excludentes, afastaram as mulheres que não participavam de seu universo e renegavam seus direitos à Educação. Dessa forma, a exclusão marcava uma fronteira entre quem estava dentro e quem estava fora das escolas. Mesmo após as mulheres conseguirem ingressar nas escolas e nas universidades, tal exclusão permaneceu no interior dessas instituições, uma vez que as mulheres não foram concebidas como aquelas que produzem saber, que moviam a História, pois continuavam apartadas do processo de conhecimento (SILVA, 2009).

A importância de a mulher organizar saberes, de participar deste processo que antes era de domínio masculino, constitui-se para além do fato de ela ganhar acesso às instituições e ao conhecimento. Diante desse desafio por novas conquistas, observamos como os grupos minoritários atuais necessitam adentrar e atuar nesses espaços para problematizar e reivindicar suas posições como sujeitos de direitos. Isso implica questionar os saberes e as práticas institucionais para refletir sobre os seus interesses e experiências. Dentro desse modelo hegemônico masculino, que ignorava as diferenças, os enfrentamentos e as pluralidades, as lutas feministas na década de 50, período de debate e constituição das três universidades, contribuíram para tratar a formação docente no plural, ampliando os temas e problemas de estudo ao longo dos anos.

Ser mulher traz consigo um conjunto de adjetivos, formas construídas de ser e de estar na sociedade vinculada à educação de corpos individuais e coletivos. São práticas desempenhadas todos os dias nas instituições – famílias, escolas, igrejas –, mas que passam despercebidas por serem naturalizadas. Assim, todos os dias, várias representações do ser feminino/mulher são difundidas pela mídia e por outras instituições; contudo, é a esse natural que devemos estar atentos, pois, como bem descreve Beauvoir (1967), “não se nasce mulher, torna-se mulher”. É nesse aspecto de construção que estamos centrando nossas análises ao considerar o curso de Pedagogia, em sua organização curricular, envolvido nesse processo de construção ou formação de um tipo de docente. Isso desloca nossa atenção para um entendimento de cultura como forma de construir, mais do que de representar a realidade. Pensar que noções de gênero estão perpassando a formação docente significa colocar em questão a nossa cultura, uma vez que currículo e organização das disciplinas são entendidos como um sistema de signos que nos permite ler o mundo ao mesmo tempo em que são textos que podem ser lidos.

Pedagogia e Gênero são textos que podem ser lidos; são, portanto, construções. Categorias que nos servem para colocar sob suspeita nossas constituições como sujeitos resultados de discursos e de saberes. Neste sentido, ao questionar o curso de Pedagogia como “feminino”, estamos investindo numa análise que tira o foco dos sujeitos para colocá-lo nos processos culturais que constroem essa ideia de formação de professores, de sujeitos e de Gênero. Isso porque Gênero não fala somente de mulher, mas sim de relações. Talvez fosse mais correto dizer relações de Gênero do que Gênero simplesmente. Quando pensamos a relação entre o curso de Pedagogia e Gênero como uma questão – curso de Pedagogia, curso feminino? – estamos querendo pensar que ele está construindo lugares de homens e

mulheres. Mas ele também é construído a partir desses lugares. Dessa forma, a questão não é pensar homens e mulheres, mas as relações que se estabelecem entre esses dois gêneros e que servem para construí-los e como isso se relaciona com os cursos de formação. Como os cursos são apropriados pelos gêneros? Por que determinados cursos tem maioria masculina ou feminina? Questões e deslocamentos que significam pensar em relações de poder<sup>2</sup> mais do que em poder como algo que se detém (FOUCAULT, 1988). Algo que dialoga com a perspectiva de gênero, fortemente influenciada por essa forma de entender o poder, fundamental para construir o conceito de gênero como algo atravessado por relações de poder. Para Foucault o poder não é uma substância ou uma qualidade, algo que se possui ou se tem; é, antes, uma forma de relação.

A história do curso de Pedagogia é transcorrida por uma grande questão sobre gênero, uma vez que o curso é caracterizado pela presença feminina. Assim, considerar como se ligam a discussão de Gênero e o percurso da Pedagogia pode nos sugerir quais identidades de Gênero e Sexualidade que as relações estabelecidas pelo e no currículo desse curso de formação vêm produzindo. Problemáticas que buscam colocar sob suspeita essas concepções e os processos cultural, social e histórico envolvidos nessa dinâmica para, ao mesmo tempo, pensarmos sobre nós mesmos.

## 2 HISTÓRIA DAS MULHERES, FEMINISMO<sup>3</sup> E FORMAÇÃO DOCENTE

A primeira metade do século XX foi marcada por um período de mudanças e de conflitos dentro e fora do Brasil. Dentre eles, podemos citar como relevantes a I e a II Guerras Mundiais, entre 1914 e 1945, que foram capazes de colocar as mulheres no mercado de trabalho em muitos países, em função da necessidade de mão de obra numa economia de guerra.

No mesmo período, no Brasil, ocorre a Intentona Comunista, nos anos 1930, que consistiu numa tentativa de golpe contra o governo de Getúlio Vargas. Assim, articulada pelo Partido Comunista Brasileiro, em nome da Aliança Nacional Libertadora, em novembro de 1935, teve como uma das protagonistas a comunista alemã Olga Prestes, designada a vir ao Brasil especialmente para preparar este movimento. As mulheres participaram deste período em que foi aprovado o direito de voto à mulher na Constituição de 1934 (art. 109), durante o Governo Vargas. Esses são exemplos de acontecimentos importantes da História Mundial e do Brasil que colocaram as mulheres em outros lugares e, ao fazer isso, transformaram o lugar dos homens.

A Constituição de 1934 traz, também, contribuições importantes para o cenário educacional ao dedicar todo o seu capítulo II ao tema. Assim, ela estabelece que ao Governo Federal caberia “fixar o Plano Nacional de Educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do País” (BRASIL, 1934, art.150).

Pouco tempo depois de promulgada a Lei, o curso de Pedagogia tem a sua primeira regulamentação, em 1939, o que entrelaça a sua história ao percurso da Educação no país e à História das Mulheres. A constituição desse curso concomitante à busca pela participação feminina em outros campos que não o privado/doméstico e à expansão econômica – desenvolvimento industrial – corroboraram a inserção feminina no mercado de trabalho. Porém, com a presença das mulheres nesse novo espaço, algumas profissões foram vistas como continuidades dos serviços domésticos e, conseqüentemente, como trabalhos femininos; a Pedagogia se caracterizava como um desses afazeres femininos.

A profissão docente permitiu às mulheres o acesso a um dos espaços públicos anteriormente frequentado pelos homens. No entanto, essa profissão vai ser

representada como similar ao trabalho no lar: o cuidar das crianças. Essa concepção é utilizada para naturalizar/reforçar o magistério, especialmente das séries iniciais, como uma profissão feminina. Conforme Louro (1997, p.88), “elas organizam e ocupam o espaço, elas são as professoras; a atividade escolar é marcada pelo cuidado, pela vigilância e pela educação, tarefas tradicionalmente femininas”. Essas práticas vão se constituindo como “naturais” e é a elas que devemos atentar.

Nesse processo de feminização do magistério ocorre também a transferência dos predicados do lar – cuidado, carinho, amor, dedicação, vocação – para esse campo. Essa atividade é considerada uma continuidade da educação primária do lar e esses atributos vão constituindo o feminino. Como discute Carvalho (2010), os homens, quando permanecem no sistema educacional, especialmente nas séries iniciais, dificilmente atuam nas salas de aula. Homens que adotam o magistério como profissão, em grande maioria, direcionam sua carreira para outros cargos e abandonam o espaço das salas. Com isso, é importante problematizarmos até que ponto eles se direcionam, ou são direcionados, para tal. Que discursos são produzidos em torno do magistério infantil como o não lugar do masculino? Ainda de acordo com Carvalho (2010), os professores homens elegem como última opção o magistério:

As principais conclusões de estudos recentes vão na direção de que os homens optam tardiamente pela carreira de magistério, muitas vezes tendo percorrido outras opções profissionais; tendem a sofrer maiores pressões tanto em direção a outras ocupações, quanto no sentido da ascensão na carreira, quase sempre para deixar a sala de aula e ocupar cargos administrativos; e em geral fazem planos para o futuro mais amplos que as mulheres, envolvendo mais freqüentemente atividades fora de sala de aula (CARVALHO, 2010, p.7) .

Em diálogo com o Magistério, o curso de Pedagogia surge com a necessidade de formação de professores/as em nível superior. A primeira

regulamentação do curso de Pedagogia no Brasil, segundo Chaves (1981), ocorre em 1939, prevendo a formação do Bacharel em Pedagogia, conhecido como “técnico em Educação”. Um período marcado por transformações no campo político, econômico e social que afetam a relação público/privado, representada aqui pelo homem e pela mulher, respectivamente. É o momento de industrialização do Brasil, do início da Segunda Grande Guerra, de aumento das cidades em detrimento do meio rural, enfim, de mudanças nos níveis econômicos e sociais que modificam a relação das mulheres com o mundo do trabalho, com o doméstico e com os homens. Com tais transformações, as mulheres adentram a esfera pública.

Na Educação, esse tempo é marcado pela 4ª Constituição, em 1946, sob o Governo de Eurico Gaspar Dutra, que promove a criação de institutos de pesquisa, de preferência junto aos institutos de ensino superior (BRASIL, 1946, art.174, parágrafo único). Em 1949, é lançado, por uma das mulheres mais expressivas no que se refere à luta feminina, Simone de Beauvoir, o *Segundo Sexo*, que teve influência nos estudos feministas e de gênero. Beauvoir, ainda hoje, continua sendo lembrada nas academias como referência aos estudos feministas e, nesse clássico, faz um alerta às mulheres:

MULHERES de hoje estão destronando o mito da feminilidade; começam a afirmar concretamente sua independência; mas não é sem dificuldade que conseguem viver integralmente sua condição de ser humano. Educadas por mulheres, no seio de um mundo feminino, seu destino normal é o casamento que ainda as subordina praticamente ao homem; o prestígio viril está longe de se ter apagado: assenta ainda em sólidas bases econômicas e sociais. É, pois necessário estudar com cuidado o destino tradicional da mulher. Como a mulher faz o aprendizado de sua condição, como a sente, em que universo se acha encerrada, que evasões lhe são permitidas, eis o que procurarei descrever. Só então poderemos compreender que problemas se apresentam às mulheres que, herdeiras de um pesado passado, se esforçam por forjar um futuro novo (BEAUVOIR, 1967, p.8).

Assim, a presença feminina nos espaços públicos vai aumentando gradualmente. Juntamente com essas conquistas mais práticas, o movimento feminista vai se organizando em torno de lutas mais estruturais. Um dos marcos dessas lutas conjuntas, na década de 60, foi a busca pela igualdade que, como sugere Beauvoir na passagem citada, estava inscrita na necessidade de destronar o mito da feminilidade. Outra reivindicação em torno da Educação foi a escolaridade. Serem reconhecidas como sujeitos da história e da ciência foi algo em que mais investiram as primeiras manifestantes do movimento feminista (SANTOS, 2010). É na continuidade dessa luta que é construído o termo “Gênero”. De acordo com Scott (1990), o uso do termo “gênero” é um aspecto que poderia ser chamado de procura de uma legitimidade acadêmica pelos estudos feministas nos anos 1980.

Gênero foi utilizado pelos historiadores, na maioria dos casos, para mapear um novo terreno. Na medida em que os historiadores se voltaram para novos temas de estudo, historiadoras feministas denunciavam que o Gênero dizia respeito apenas a temas como as mulheres, as crianças, as famílias e as ideologias. Uma denúncia atravessada pelo entendimento político dessa questão. “Em outros termos, esse uso só se refere aos domínios – tanto estruturais quanto ideológicos – que implicam em relações entre os sexos” (SCOTT, 1990, p.3).

Com o avanço das lutas contemporâneas dos movimentos sociais de mulheres feministas nos anos 1970, os estudos de gênero têm início para referirem-se à organização social da relação entre os sexos, negando o determinismo biológico no uso dos termos como “sexo” ou “diferença sexual”. O termo “gênero” surge com o papel político de questionar e debater sobre a ausência das mulheres na história, o silenciamento sobre suas participações como sujeitas e, conseqüentemente, como participantes nas pesquisas científicas até então predominantes (LOURO, 1997).

No seu uso mais contemporâneo e sob influência das feministas americanas, Gênero passou a ser utilizado para insistir na qualidade fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. “O gênero sublinhava também o aspecto relacional das definições normativas de feminilidade” (SCOTT, 1990, p. 1).

Analisar a forma como esses temas são construídos socialmente torna o conceito de Gênero uma importante ferramenta social e política. Este é um desafio teórico, como defende Scott (1990). Numa segunda fase do feminismo, a luta das mulheres centrava esforços para problematizar a História como não neutra. Em uma sociedade excludente, ocupar o espaço escolar foi uma forma de brigar pelo reconhecimento. Assim, de acordo com Scott (1990), as lutas posteriores e atuais necessitam dedicar-se à valorização do trabalho feminino, uma vez que ocupar as instituições escolares e demais espaços frequentados pelos homens não garantiu a igualdade de direitos:

[...] fará emergir uma história que oferecerá novas perspectivas às velhas questões (sobre, por exemplo, como é imposto o poder político, qual é o impacto da guerra sobre a sociedade), redefinirá as antigas questões em termos novos (introduzindo, por exemplo, considerações sobre a família e a sexualidade no estudo da economia e da guerra), tornará as mulheres visíveis como participantes ativas e estabelecerá uma distância analítica entre a linguagem aparentemente fixada do passado e nossa própria terminologia. Além do mais, essa nova história abrirá possibilidades para a reflexão sobre as estratégias políticas feministas atuais e o futuro (utópico), porque ela sugere que o gênero tem que ser redefinido e reestruturado em conjunção com uma visão de igualdade política e social que inclui não só o sexo, mas também, a classe e a raça (SCOTT, 1990, p. 5).

Tomando a citação como inspiração, podemos pensar qual é a importância de se conceber a Pedagogia não apenas como campo de habilidades ou técnicas educacionais? Conhecer o processo de constituição desse curso significa analisá-lo como um modo de

produção cultural de saber, em que o poder e o sentido são empregados na construção e no preparo do conhecimento. Como construção, portanto, essa história pode ser também desconstruída.

Segundo Chaves (1981), as iniciativas de reconsiderar ou propor novas bases para o curso de Pedagogia e Licenciaturas surgem na segunda metade da década de 1970. Iniciativas que envolviam organismos oficiais e entidades independentes de educadores, tais como o Ministério de Educação, o Conselho Federal de Educação e o Comitê Pró-Formação do Educador, atual Associação Nacional para a Formação de Profissionais da Educação (ANFOPE). Entidades essas que, ainda hoje, analisam e discutem o perfil do curso de Pedagogia, disputando entre seus “regimes de verdade” a configuração do perfil de profissional a ser formado.

Nesse mesmo tempo, por volta dos anos 1975, temos na História do feminismo a chamada Segunda Onda. A preocupação, no que se refere à Educação, centrava-se na necessidade das instituições se transformarem e organizarem “currículos que refletissem, de forma equilibrada, tanto a experiência masculina, quanto a feminina”. Dessa forma, a demanda se estende para além do acesso à Educação, “preocupavam-se em desenvolver formas de ensino que refletissem os valores feministas e que pudessem formar um contraponto às práticas pedagógicas tradicionais. Práticas essas consideradas como expressão de valores masculinos e patriarcais” (SILVA, 2009, p.94-96).

Não por acaso, a partir dos anos 1980, destaca-se o desempenho do movimento de replanejamento dos cursos de formação do educador pela democratização da sociedade. Contexto político e social também importante para o movimento feminista brasileiro que ganha força com uma atuação mais especializada, de perspectiva mais técnica e profissional. Espaço e tempo em que se desenvolveu a pesquisa acadêmica sobre a mulher; o que “implicou sempre em uma postura

crítica na formulação de propostas para a formação de professores/as dos diversos níveis de ensino” (ANFOPE, 2004, p.8).

As mulheres já eram presença nas escolas e, concomitante a isso, o movimento feminista teve forte impacto no país, nos anos 70, como descreve Sarti (2010, p. 3):

Embora uma confluência de fatores tenha contribuído para a eclosão do feminismo brasileiro nos anos 70 - como o impacto do feminismo internacional e mudanças efetivas na situação da mulher no país a partir dos anos 60, que punham em questão a tradicional hierarquia de gênero -, o feminismo no Brasil surge como consequência da resistência das mulheres à ditadura militar, depois da derrota da luta armada e no sentido da elaboração política e pessoal desta derrota.

Foi em meio a essa efervescência que as lutas e as demandas colocadas em pauta pelo movimento das mulheres buscaram desnaturalizar as diferenças percebidas entre os sexos, com reflexos na formação docente. As estudiosas buscaram contestar as histórias que divulgavam que as profissões consideradas movidas pela “emoção” seriam próprias das mulheres e as ligadas à “inteligência” seriam patrimônio exclusivo dos homens.

As mudanças que ocorreram na sociedade, nos anos 1970, principalmente no processo de trabalho com a introdução de novas tecnologias, passaram a exigir a formação de um trabalhador mais flexível, eficiente e polivalente, tendo isso reflexo, também, no curso de Pedagogia. Essa transformação implicou uma reformulação do sistema educacional, visando qualificar melhor as pessoas para enfrentarem um mundo mais competitivo, mais afinado com o mercado.

Toda reorganização social exige uma reorganização dos corpos, como discute Foucault (1988). Quando se lança uma nova regra, novas formas de ser ou de estar socialmente, exige-se uma nova postura dos sujeitos e a disciplinalização dos corpos é

uma das possibilidades de se garantir tal ordenamento. Assim, o discurso é renovado e, com ele, novas formas de controle apreendem os sujeitos. Podemos perceber esse processo no conflito existente entre as duas vertentes do feminismo no Brasil, apresentadas abaixo. Conflitos que dividem pensamentos e ações em prol de objetivos próximos. Essas mudanças ocorrem no mesmo período em que Sarti (2010) considera haver duas tendências fortes no movimento feminista nacional:

Parece haver um consenso em torno da existência de duas tendências principais dentro da corrente feminista do movimento de mulheres nos anos 70. A primeira, mais voltada para a atuação pública das mulheres, investindo em sua organização política, concentrando-se principalmente nas questões relativas ao trabalho, ao direito e à redistribuição de poder entre os sexos. Foi a corrente que posteriormente buscou impactar as políticas públicas, utilizando os canais institucionais criados dentro do próprio Estado, no período da redemocratização dos anos 80. A outra vertente preocupa-se, sobretudo com o terreno fluido da subjetividade, com as relações interpessoais, tendo no mundo privado seu campo privilegiado. Manifestou-se principalmente através de grupos de estudos, de reflexão e de convivência. Nestes grupos ressoava a idéia de que o “pessoal é político” (SARTI, 2010, p.7).

Os conflitos teóricos e práticos podem possibilitar o avanço de um grupo, assim como desenvolver este artigo é tomar para si um conjunto de saberes e problematizá-los. Para isso, torna-se importante desconstruir até mesmo o que descrevemos para irmos além do limite de nosso pensamento. Quando existe a possibilidade de discussões e questionamentos variados, mais se pode explorar de um tema.

Isso foi possível no embate entre as militantes do movimento nacional feminista, como descreve Louro (1997). Assim, as militantes do meio acadêmico procuravam levar para as universidades e escolas as questões que as mobilizavam. Já a outra vertente do movimento centrava forças na atuação pública e nas conquistas práticas. Dessa forma, as tensões teóricas

do movimento residiam na ideia de que existiria “uma identidade única entre mulheres, contra a da existência de múltiplas identidades” (SOIHET, 1997, p.277).

As contribuições do movimento feminista vão além da construção de uma nova história da mulher, pois colaboram para o desenvolvimento de outra forma de análise histórica. Como discute Soihet (1997), o movimento feminista se inicia “expandindo os limites da História”. A história do movimento feminista e a discussão posta aqui, sobre a história do curso de Pedagogia e suas relações com gênero, inscrevem-se ou podem se inscrever nessa dinâmica. Acreditamos na expansão dos limites da Pedagogia e dos gêneros a partir do momento em que questionamos suas “verdades”. De acordo com Veiga (1997), essa questão vem sendo analisada desde a década de 1960 e para o autor:

Certamente seria reducionismo conceitual considerar a questão da feminização do magistério como algo dado, ou seja, como um fenômeno natural. Ao contrário, é preciso redimensioná-la, discutindo a relação mulher-educação como produto da teia de relações sociais em que, entre outros aspectos, se contempla o binômio desse gênero. Nesse sentido, é bastante pertinente a denúncia de que grande parte da pesquisa educacional deixa de incorporar a questão do sexo da professora como um elemento associado às relações de trabalho predominantes na sociedade (VEIGA, 1997, p.28).

O que Veiga aponta é a necessidade de desnaturalizar a feminização do magistério, de conhecer e debater em que bases esses discursos de verdade se sustentam, para, assim, problematizá-los. Dessa forma, tomamos a análise de gênero como forte indicadora das “diferenças percebidas entre os sexos”; também pode ser analisado como “um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1990).

Com a abertura do magistério às mulheres, desvalorizaram-se as mesmas por meio do falso discurso da igualdade dos gêneros, ou seja, elas passam a poder atuar no espaço público, mas este espaço é



desvalorizado e comparado ao espaço privado e oculto ao qual as mulheres se dedicam “naturalmente”. Restringiram-se as qualidades profissionais das mulheres, evocando um papel feminino, um suposto “dom” à docência, pois o masculino, branco e heterossexual continua superior a tal realidade.

As mudanças dessa realidade vêm ocorrendo aos poucos, por meio das lutas dessas mulheres. Sujeitos que têm procurado ocupar os diversos espaços que lhes são de direito. As mulheres representam parte desses grupos minoritários, por isso relacionar suas conquistas e lutas à história do curso de Pedagogia nos ajudará a analisar as transformações frente às demais discriminações existentes nessas instâncias. Compreender como se dá a supervalorização de um grupo e a desvalorização de outro, ou como um discurso é (re) estruturado, é o que procurei fazer ao estudar a História do curso de Pedagogia.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A História do curso de Pedagogia se entrelaça à História das Mulheres. Assim, a profissão docente permite às mulheres o acesso a um espaço público anteriormente frequentado apenas por homens. No entanto, essa profissão foi representada como semelhante ao trabalho no lar e reproduções como esta foram utilizadas para naturalizar/reforçar o magistério, especialmente das séries iniciais, como uma profissão feminina. Contudo, a história do movimento feminista e a discussão posta aqui sobre a História do curso de Pedagogia e suas relações com gênero se inscrevem ou podem se inscrever numa nova dinâmica de análise: a expansão dos limites da Pedagogia e dos gêneros a partir do momento em que questionamos suas “verdades”.

O termo “gênero” surge com o papel político de questionar e debater a ausência das mulheres na

História, os silenciamentos como formas de não ser, já que envolve não estar e não participar. Em meio a essa ebulição de concepções, as lutas e as demandas colocadas em pauta pelo movimento das mulheres buscaram desnaturalizar as diferenças percebidas entre os sexos e isso se reflete no magistério. As contribuições do movimento feminista vão além da construção de uma nova História da Mulher, pois colaboram, também, para o desenvolvimento de uma nova forma de análise histórica. Algo fundamental, já que são os trabalhos que apresentam as temáticas de constituição do curso de Pedagogia e suas relações com a temática de gênero.

O esforço de diálogo entre a História, a História do curso de Pedagogia e as questões de Gênero, não tem a intenção de aprofundar ou julgar os estudos realizados nessa área de pesquisa. Procuramos situar o leitor na discussão, ressaltando as possíveis relações, como aborda Foucault, sobre a noção de história e documento. Uma história que rompe com as continuidades, adotando-as como objeto de descrição e como questão metodológica que “organiza, recorta, distribui, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações” (FOUCAULT, 2005, p.7).

### GENDER AND SOCIAL POLICY AS A TOOL IN TEACHING

#### Abstract

This article is part of a research Master of Education which had the question to be investigated: which gender identities that the experiences and relations established by / in the curriculum of the teachers training courses have produced and what are its possibilities of construction? Thus, I sought to know how these issues are discussed in the pedagogy courses of three institutions of Minas Gerais: UFJF (Universidade Federal de Juiz de

Fora), UFSJ (Universidade Federal de São João del Rei), UFV (Universidade Federal de Viçosa), taking as an empirical field the documentary analysis and interviews with the coordinators of these courses. In this article, from the perspective of post-structuralist and gender, we think the relationship between History and Pedagogy of the Course of the constitution of the concept of Gender.

**Keywords:** Teacher education. Gender. Sexuality.

## NOTAS

- <sup>1</sup> Cada sociedade tem seu regime de verdade, isto é, os tipos de discursos que ela aceita e faz funcionar como verdadeiros; o estatuto daqueles que têm a função de dizer o que funciona como verdadeiro (CASTRO, 2009, p. 423).
- <sup>2</sup> (...) As relações de poder exigem que o outro (aquele sobre quem se exerce) seja mantido e reconhecido até o final como um sujeito de ação, e também que se abra, frente à relação de poder, todo um campo de respostas, reações, efeitos, invenções possíveis (CASTRO, 2009, p.326-327).
- <sup>3</sup> Esses conceitos, por mais próximos que se encontrem, possuem diferenças. A história das mulheres é composta do que foi dito pelos historiadores sobre elas e também pelo que as próprias mulheres, após adentrarem as academias, relatam de sua história; descreve a posição variável das mulheres na história. O feminismo é um movimento que inicia questionando a não neutralidade das ciências, inserindo as mulheres como sujeitos e objetos de pesquisa (SANTOS, 2010, P.37).

## REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO NACIONAL PELA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (ANFOPE). Políticas públicas de formação dos profissionais da educação: desafios para as instituições de ensino superior. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANFOPE, 12., 2004, Brasília, DF. *Documento final*. Brasília, DF, 2004.
- BEAVOUIR, Simone de. *O segundo sexo*. 1967. Disponível em: <<http://brasil.indymedia.org/media/2008/01/1409680.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2009.
- CARVALHO, Marília Pinto. *Vozes masculinas numa profissão feminina: o que têm a dizer os professores/as?* Set. 1998. Disponível em: <<http://lasa.international.pitt.edu/LASA98/PintodeCarvalho.pdf>>. Acesso em: ago. 2010.
- CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- CHAVES, Eduardo O. C. O curso de *Pedagogia*: um breve histórico. In: *Cadernos do CEDES*. Cortez. Ano I - nº 2 - 47-69, 1981.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- \_\_\_\_\_. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- SANTOS, Raphaela Sousa. *Entre lembranças e silêncios: memórias de mulheres alunas de EJA*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009. Disponível: <[http://www.bdttd.ufff.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=590](http://www.bdttd.ufff.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=590)>. Acesso em: 24 out. 2010.
- SARTI, Cynthia A. *O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido*. 1998. Disponível em: <<http://lasa.international.pitt.edu/LASA98/Sarti.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2010.
- SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- SOHEIT, Raquel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. 1. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 275-311.
- VEIGA, Ilma Passos Alencar. *Licenciatura em pedagogia: realidades, incertezas, utopias*. Campinas, SP: Papirus, 1997.

Enviado em 23 de abril de 2011

Aprovado em 27 de junho de 2011